

# As Relações Econômicas entre China e EUA: Resgate Histórico e Implicações

CECÍLIA CARVALHO  
FABRÍCIO CATERMOL\*

**RESUMO** O objetivo do presente artigo é analisar as relações econômicas entre China e Estados Unidos a partir da reaproximação entre os dois países na década de 1970. A atração de investimentos externos e a criação de indústrias voltadas para a exportação representaram uma das partes fundamentais da estratégia de desenvolvimento do Estado chinês. Da mesma forma, o restabelecimento das relações econômicas foi benéfico para os EUA. O entendimento da dinâmica das relações entre China e EUA é particularmente relevante no atual contexto de crise econômica generalizada pelo mundo, no qual ambos desempenharão papel fundamental para sua superação. Atualmente, as relações produtivas entre os dois países parecem ser suficientemente profundas para evitar uma abrupta redução do fluxo de comércio entre eles.

**ABSTRACT** *This article analyzes the economic relations between China and the United States since the rekindled relationship between both countries in the '70s. The attraction of foreign investments and the inception of exporting industries represented one of the key parts of the Chinese government's development strategies; and the reestablishment of economic relations also brought benefits to the United States. Understanding the dynamics of the relations between China and the United States is particularly relevant in the current scenario of global economic downturn. Both countries will play a key role in surpassing such a decline, and, presently, their production relations seem to be firm enough to avoid a sharp drop in trade between them.*

---

\* Respectivamente, bacharel em Relações Internacionais pela PUC/RJ e economista do BNDES.

## 1. Introdução

O ano de 2008 parece ter sido marcado como o fim de um ciclo de crescimento econômico, que alcançou, de uma forma ou de outra, praticamente todos os países. Após a turbulência financeira caracterizada por redução do preço de ativos, quebras de importantes instituições financeiras no mundo e desvalorização de praticamente todas as moedas nacionais em relação ao dólar dos EUA e ao iene, rapidamente constata-se queda nos indicadores de produção e aumento do desemprego.

O comportamento da economia dos EUA é apontado como determinante para a superação da crise. O déficit norte-americano em conta-corrente permitiu estratégias de desenvolvimento por meio de exportações por diversos países. Alguns analistas vêem o esboço de uma estratégia norte-americana de recuperação pelo fortalecimento de sua indústria nacional, o que reduziria a necessidade de importações e estimularia as exportações. O déficit externo dos EUA poderia se reduzir não só pelo equivalente à queda na renda de seus residentes, mas também pela realocação de produção para dentro de suas fronteiras, em detrimento das importações.

A recente posse do presidente Barack Obama joga mais ansiedade na tentativa de previsão do comportamento futuro da economia dos EUA e, por consequência, do mundo. E não por uma possível característica protecionista de democratas em oposição a um liberalismo republicano. A política comercial externa norte-americana parece ser muito mais orientada de forma pragmática do que seguir tal dicotomia.<sup>1</sup> Mas momentos de crise econômica muitas vezes fazem recrudesacer disputas comerciais por causa da redução da capacidade de importar e da busca por novos mercados.

A China é, atualmente, um dos principais parceiros comerciais dos EUA e um dos principais atores econômicos no mundo. As taxas de crescimento chinesas chamam atenção desde a década de 1980. Já em 1985, o país

---

<sup>1</sup> Em 1992, durante a campanha para a presidência, o democrata Bill Clinton prometeu endurecer as leis de comércio exterior e eliminar os incentivos fiscais às empresas que transferissem empregos ao exterior, mas não adotou medidas tão duras após eleito, reconhecendo a importância do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (Nafta – North American Free Trade Agreement). O republicano George W. Bush defendeu o livre-comércio em sua campanha, mas foram implementadas, em seu primeiro ano de mandato, salvaguardas contra todos os tipos de aço importado, por pressão dos sindicatos. O mesmo pedido foi negado em duas ocasiões distintas por Clinton por contrariar acordos da Organização Mundial de Comércio (OMC) [Lima-Campos (2009)].

alcançara uma taxa de crescimento do produto interno bruto (PIB) de dois dígitos e, desde então, exceto por raros anos, apresenta as mais altas taxas do mundo. Em 2007, a China alcançou o segundo lugar no *ranking* de países exportadores, ao vender US\$ 1,2 trilhão ao exterior; valor superado, por pouco, apenas pela Alemanha.

Em janeiro de 2009, EUA e China celebraram trinta anos de relações diplomáticas. Conhecida como “diplomacia do pingue-pongue”, por causa do uso do esporte para a retomada da comunicação entre os dois países, a política de aproximação dos EUA com a China teve como marco a visita do presidente Richard Nixon a até então fechada China, em 1972. Passados dois anos da morte de Mao Tsé-tung, em 1979, os dois países estabeleceram vínculos diplomáticos formais.

Os fatores de debilidade enfrentados por ambas as nações no decorrer da década de 1970, junto ao contexto de insegurança que pairava no sistema internacional durante a Guerra Fria, foram alicerces que favoreceram a aproximação entre os EUA e a China naquele período. Os dois países obtiveram ganhos recíprocos a partir da aproximação, por meio de fortes fluxos de investimento externo norte-americano na China e posterior fluxo de exportações chinesas para os EUA. Atualmente, é inegável a conclusão de que tais países apresentam economias com grande interdependência. O conjunto formado pela expressão “*Designed in California*”, acompanhada logo abaixo por “*Assembled in China*”, impresso no verso de muitos produtos eletrônicos, parece expressar, pelo menos, uma *nuance* da interdependência de suas indústrias, mas não resume a relação entre os dois países. A China vem desenvolvendo a fabricação e a exportação de uma pauta de produtos cada vez mais sofisticados.

Entender como se processou a estratégia de desenvolvimento chinesa, que resultou nas espetaculares taxas de crescimentos verificadas nos últimos anos, é de suma importância para a análise de qual deva ser seu comportamento nos próximos anos diante de um contexto internacional de maior dificuldade. A sua interdependência com a principal economia mundial amplifica tal importância.

Com a China acostumada a crescer acima de 10% a.a., a hipótese de uma taxa de expansão de 6% do PIB, como cogitada por alguns analistas para 2009, poderia significar o tão temido cenário de *hard landing*. A brusca desaceleração chinesa e/ou uma recessão de maior magnitude nos EUA, fenômenos que parecem inter-relacionados, poderão trazer graves consequências para as economias dos demais países.

Os reflexos do comportamento dos dois países para o Brasil são imediatos. De forma direta, EUA e China são os principais parceiros comerciais do Brasil. Qualquer solavanco naqueles países provocará efeitos claros na balança comercial brasileira e na consequente necessidade de revisão de política comercial e de apoio à indústria. Todavia, o efeito indireto pode ser tão ou mais significativo: a desaceleração naqueles dois países diminui a demanda no mundo, reduzindo preços de ativos e renda, o que limita as oportunidades para o Brasil.

O presente texto procura retomar o histórico de aproximação entre China e EUA, desde a década de 1970, na tentativa de fornecer elementos para o entendimento da estratégia de desenvolvimento daquele país e das relações produtivas e comerciais atualmente existentes entre ambos. A dinâmica das relações entre os dois países mostra-se particularmente relevante no atual contexto de crise econômica mundial, no qual ambos parecem ter papel fundamental para sua superação.

O trabalho está dividido em quatro seções, incluindo esta breve introdução. A segunda seção analisa o contexto internacional de reaproximação entre China e EUA, apresentando os fatores que a favoreceram e de que forma ela foi constituída. No caso da China, será descrita a conjuntura instável ocasionada pelo Grande Salto Adiante e a Revolução Cultural; em relação aos EUA, serão abordados fatores que ameaçavam os pilares políticos econômicos e militares do país, como o aumento na tensão referente à Guerra Fria, a Guerra do Vietnã, a ruptura de Bretton Woods e os choques do petróleo. Na terceira seção, serão analisados como se constituiu a relação entre EUA e China e como se formou a relação complementar entre eles. São apresentadas as estatísticas de investimento externo direto na China e sobre o posterior fluxo comercial fortemente ampliado, destacando o papel das Zonas Econômicas Especiais (ZEEs). Nessa seção, é também brevemente avaliada a pauta de importações dos EUA, procurando destacar como se dá a presença chinesa. Por fim, são apresentadas as conclusões do trabalho.

## **2. A Nova Ordem Internacional e os Fatores de Aproximação entre EUA e China**

Ao término das duas grandes guerras mundiais, os EUA já despontavam como a grande liderança no sistema internacional. De deveror, o país passou a ocupar no pós-guerra a posição de credor dos países europeus envolvidos no conflito. Essa posição foi favorecida pelo fato de os EUA terem

sido os grandes fornecedores de equipamentos bélicos durante ambas as guerras, além de arcarem com empréstimos financeiros e, sobretudo, não terem sido atingidos diretamente durante o conflito, que se desenvolveu majoritariamente além dos territórios americanos. As vitórias nas guerras representaram a consolidação do poder militar e econômico dos EUA.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e a derrota das forças do Eixo pelas forças capitalistas ocidentais lideradas pelos EUA, uma nova ordem internacional foi construída, iniciando o período de polarização da Guerra Fria, que durou de 1947 até 1989. O sistema internacional passou a ser guiado pela bipolarização de forças que se dividiam entre a ideologia capitalista liderada pelos EUA, de um lado, e as forças socialistas guiadas pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), de outro. O sistema caracterizado pela divisão entre dois blocos antagônicos, ambos possuidores de armamentos nucleares, fomentou, no decorrer de toda a Guerra Fria, a sensação de insegurança e ameaça e, sobretudo, a preocupação iminente da possibilidade de uma guerra efetiva.

Do fim da Segunda Guerra Mundial até a década de 1970, os EUA ampliaram seu poder político, por meio da competição militar com a União Soviética, e expandiram sua riqueza com base em relações econômicas complementares e dinâmicas com outros competidores [Fiori (2005, p. 89)].

Foi no cenário internacional de convivência entre poderes antagônicos que se desenvolveram as relações entre a China e os EUA. Inseridos na bipolaridade da Guerra Fria, tanto a União Soviética quanto os EUA buscavam meios de expandir seus domínios além de seus territórios, com o objetivo de conter o avanço do poderio de seus respectivos adversários e manter áreas de influência. É nesse contexto que a China acabou por desempenhar uma política externa de dinâmica pendular. Na tentativa de aproveitar o contato com ambas as potências, usufruiu dos fatores externos favoráveis para traçar seu desenvolvimento nacional, iniciado primeiramente com a proximidade da União Soviética, que fornecia recursos dos quais a China era carente, sobretudo alimentos e auxílios ao desenvolvimento industrial. No entanto, com o rompimento dessa relação durante a década de 1960, deu-se início à proximidade da China com os EUA, que legalmente começou com o fim do embargo comercial em 1971 e com a aceitação da entrada da China na Organização das Nações Unidas (ONU).

Durante esse período, tanto a China quanto os EUA se preocupavam com o avanço das tropas soviéticas em direção ao Leste Asiático. Além disso, a China buscava meios de se recuperar das mazelas provocadas

pelas políticas realizadas por Mao Tsé-tung durante o Grande Salto Adiante (1958-1960) e a Revolução Cultural (1966-1976). Ainda durante a década de 1970, as consequências dessa política estavam enraizadas na economia chinesa, que, por sua vez, encontrava-se enfraquecida.

Os EUA, por outro lado, também preocupados com a intenção de estratégia ofensiva da URSS, vislumbravam na aproximação com a China uma possibilidade de conter o avanço da influência e do domínio soviético. Somado a esse ambiente de insegurança internacional, os EUA enfrentavam, durante a década de 1970, uma crise de hegemonia que abalava os pilares políticos e econômicos do capitalismo norte-americano e suas forças militares. A ruptura do Sistema de Bretton Woods teve consequências drásticas no sistema monetário internacional, que passou a vigorar em um ambiente desregulado de “não sistema”, além de incorrer na apreciação do dólar, que influenciou diretamente no fluxo comercial internacional, ocasionando déficits comerciais históricos. Além disso, o país acabara de ser derrotado na Guerra do Vietnã e ainda enfrentava as crises de 1973 e 1979 do aumento de preços do petróleo. A economia norte-americana, junto ao sistema capitalista, passava por um período de contração no qual as bases políticas, econômicas e militares encontravam-se ameaçadas.

## **O Enfraquecimento das Estruturas Políticas, Econômicas e Sociais Chinesas**

Durante a Revolução Comunista, a China caracterizava-se fundamentalmente por extensa população, baixo grau de desenvolvimento das forças produtivas, além da escassez de disponibilidade de terra agricultável. O país apresentava uma herança histórica enraizada na carência de alimentos, em conjunto com a população em rápido crescimento, no qual o fornecimento agrícola não acompanhava as necessidades da população.

Durante a década de 1950, os empréstimos concedidos pela URSS eram indispensáveis para o desenvolvimento do setor industrial chinês, além de fornecerem recursos alimentícios para a China. A relação com a URSS era fundamental na importação de bens de capital e de grãos. A China necessitava de um excedente agrícola cada vez maior para suprir a demanda da população nacional e manter o desenvolvimento da indústria pesada. O governo de Mao Tsé-tung enfrentava diversos desafios e questionamentos a respeito de qual política econômica seria eficiente para o desenvolvimento do país. Foi nesse contexto de incerteza quanto à perspectiva econômica futura da China que Mao lançou, em 1958, o Grande Salto Adiante.

Como forma de solucionar os limites advindos da agricultura para o desenvolvimento do setor industrial, Mao propôs elevar a produção agrícola por meio de incentivos morais e mobilização das massas para sanar as carências internas do país. A política do Grande Salto Adiante apresentava metas estratégicas centrais de aumento da produção agrícola como forma de impulsionar o crescimento industrial. Para alcançar tal objetivo, seria necessário promover uma nova escala de organização social, com a mobilização dos camponeses e suas famílias para novas tarefas que expandissem a produção agrícola. Foram criadas as “comunas populares” na China rural, pondo fim aos lotes privados que existiam até então. No total, criaram-se 26 mil comunas, que compreendiam 99% da população rural chinesa [Spence (1990, p. 545-547)].

A estratégia de Mao acabou incorrendo na aceleração dos investimentos na indústria pesada por meio de trocas desfavoráveis em relação à agricultura e ao consumo interno. As consequências do Grande Salto foram desastrosas. A quantidade média de grãos por pessoa no campo decaiu fortemente. Entre 1959 e 1961, cerca de 30 milhões de pessoas foram desviadas da agricultura para o setor industrial. Como resultado, a produção agrícola de 1961 foi 31% menor do que a de 1957; a prioridade foi dada à alocação de alimentos nas áreas urbanas como fonte para o desenvolvimento industrial. O resultado foi a fome em grande escala, que acarretou a morte de 20 milhões de pessoas entre 1959 e 1962. Os efeitos se prolongaram na população chinesa, sobretudo nas crianças, afetadas pela desnutrição crescente [Spence (1990, p. 550)].

O fracasso do Grande Salto Adiante ocorreu simultaneamente ao declínio das relações entre China e URSS. Inicialmente, a China dependia da assistência técnica soviética para o desenvolvimento industrial interno, além de visualizar na URSS o apoio contra as ameaças norte-americanas que vinham de Taiwan.<sup>2</sup> O início do enfraquecimento da relação entre os países se deu por causa de divergências quanto a algumas atuações políticas da revolução comunista.

---

2. Taiwan sempre pôde ser considerada um caso diferente das demais províncias chinesas. Habitada inicialmente por aborígenes malaio-polinésios, a ilha recebeu os migrantes chineses apenas no fim do século XVI e somente em 1885 tornou-se uma província, sendo até então uma divisão administrativa da província de Fujian. De 1895 até 1945, foi ocupada pelo Japão e logo após tornou-se o destino dos nacionalistas que perderam a guerra civil para os comunistas. A partir da década de 1950, foi fomentado o desenvolvimento industrial direcionado à produção de bens de consumo leves para substituir importações e, uma década depois, em setores de eletrônicos voltados para exportação, tendo sido relevante o investimento dos EUA e do Japão. Para maiores detalhes sobre a trajetória de Taiwan, bem como da relevância da influência norte-americana e japonesa, ver Fairbank e Goldman (2007, capítulo 17).



Com a morte de Josef Stalin e a ascensão de Nikita Krushev ao poder na URSS, os desgastes entre as nações se ampliaram. Mao e Krushev divergiam quanto à expansão do sistema comunista e à atuação externa dos países na disseminação dos ideais da revolução. Krushev se mostrava a favor da defesa da política de coexistência pacífica com o Ocidente, enquanto Mao observava as forças capitalistas com grande hostilidade. Outro fator que influenciou no desgaste entre os países foi a recusa de Krushev em disponibilizar para a China os conhecimentos tecnológicos soviéticos para a construção de armamentos nucleares, pois alegava que Mao assumira uma postura extremamente belicosa que ia de encontro à política externa mais pacífica defendida por Krushev. Assim, nesse contexto de desacordos, em 1960 a relação entre as nações se encontrava profundamente deteriorada.

Durante a década de 1960, a China encontrava-se enfraquecida interna e externamente. O rompimento das relações com a URSS foi desgastante, enquanto os efeitos do Grande Salto mostravam-se enraizados na população nacional. O Partido Comunista perdia forças e a imagem de Mao estava desgastada perante a população por causa das perdas econômicas provocadas. Além da insatisfação do povo, havia muita divergência dentro do próprio partido, que ocasionava o aprofundamento da divisão de opiniões e a crescente incerteza entre a população quanto à defesa ou não do Partido Comunista.

Foi nesse contexto de divergência partidária, de dificuldades econômicas internas e de descrença da população chinesa, que Mao lançou, em 1966, a chamada “Grande Revolução Cultural Proletária”. A Revolução Cultural tinha como estratégia fundamental difundir os ideais do Partido Comunista e conter as forças de oposição tanto no partido quanto na população nacional. Para alcançar tal objetivo, utilizou-se a produção de discursos, artigos e fotografias como forma de disseminar a ideia de autoconfiança e sacrifício da população, ressaltando a importância da mobilização das massas para o crescimento da economia chinesa [Spence (1990, p. 563)]. A vigilância era rigorosa contra os que tentavam subverter a revolução e pautava-se no papel fundamental do exército, que controlava os opositores.

No fim de 1966, a difusão dos ideais da revolução tornou-se mais rigorosa e violenta, o que resultou em lutas mais profundas, além de constantes mortes. Havia também conflitos entre facções opostas de trabalhadores e estudantes, que muitas vezes tinham resultados fatais. Os líderes da revolução defendiam um ataque profundo contra os “quatro velhos” elementos da sociedade chinesa – velhos costumes, velhos hábitos, velha cultura



e velho pensamento. O Exército de Libertação Popular (ELP) voltava-se contra qualquer indivíduo que demonstrasse alguma simpatia por ideologias ocidentais e pensamentos radicais contrarrevolucionários, ou até contra quem impedisse a atuação dos revolucionários, resultando em milhares de mortes.<sup>3</sup> O sistema de Mao era difundido por meio do alto poder de manipulação, além de campanhas maciças de terror e intimidação. Tudo o que não se encaixava no sistema socialista e na ditadura do proletariado era destruído [Spence (1990, p. 570-571)].

Estima-se que a Revolução Cultural e os abusos cometidos em seu decorrer resultaram em um milhão de mortes, ocasionando ainda a destruição do sistema educacional do país, enormes tensões dentro do exército e da política nacional e o enfraquecimento da imagem de Mao Tsé-tung e do Partido Comunista chinês [Fairbank e Goldman (2007, p. 356 e seguintes)].

Além disso, durante a década de 1960, os líderes da Revolução Cultural voltaram-se contra a URSS e as forças ocidentais, traçando uma estratégia de desenvolvimento mais autônoma, pautada na mobilização das massas populares por meio da difusão dos princípios socialistas. No entanto, por causa das mazelas provocadas pelo Grande Salto e pela Revolução Cultural, o regime comunista encontrava-se enfraquecido internamente com a profunda descrença da população nacional na atuação de políticas eficientes. Somava-se a esse desgaste interno a preocupação com o avanço das tropas soviéticas, que se aproximavam de territórios chineses. Foi nesse contexto de desequilíbrios internos e ameaças externas que a aproximação com os EUA emergiu como um meio de conter a expansão soviética e, de alguma forma, sanar as debilidades da economia interna chinesa. Paralelamente a esse contexto, os EUA também enfrentavam desequilíbrios que ameaçavam sua liderança internacional.

## As Mudanças na Atuação Internacional Norte-Americana

Ao término da Segunda Guerra Mundial e com o início da Guerra Fria, os EUA despontavam como a grande potência hegemônica do sistema internacional. Como observado anteriormente, o país saiu da guerra como credor e principal fornecedor de auxílios, empréstimos e investimentos

<sup>3</sup> *Foram realizadas técnicas de humilhação pública e a violência se aprofundou ferozmente. Foram criadas as “Escolas de Quadros Sete de Maio”, que combinavam trabalho agrícola intenso com o constante autoexame e o estudo das obras de Mao. As condições de vida nesses locais eram miseráveis; a liberdade era contida em uma combinação de doutrinação incessante junto ao árduo trabalho [Spence (1995, p. 577-580)].*

para a reconstrução no pós-guerra dos países capitalistas aliados. No entanto, a partir do fim da década de 1960, parecia ser o fim da “era de ouro” do sistema capitalista, iniciando-se o período de crise dos anos 1970.

Diversos fatores foram responsáveis pelo enfraquecimento da presença internacional americana e pelo cenário de contração do sistema capitalista, destacando-se eventos tais como a derrota na Guerra do Vietnã, a ruptura do sistema monetário internacional de Bretton Woods e os choques do petróleo, que, juntos, abalaram a estrutura militar, política e econômica dos EUA durante a década de 1970.

O envolvimento dos EUA na Guerra do Vietnã foi iniciado durante a década de 1950 com o financiamento e o apoio logístico dado aos franceses após a Guerra da Coreia. A guerra com o Vietnã estava inserida na estratégia dos EUA de luta pela hegemonia no Sudeste Asiático e de contenção da expansão das forças soviéticas. A presença militar norte-americana na região cresceu de forma lenta no decorrer da década de 1950 e se acelerou durante a década de 1960 até o ataque efetivo ao Vietnã do Norte, em 1968.

Os EUA acabaram se comprometendo de forma cada vez mais profunda durante o governo de John Kennedy e, em 1968, a despeito da resistência interna e do isolamento internacional, já havia cerca de 500 mil soldados americanos na região do conflito. Os EUA encontravam-se isolados internacionalmente e existiam cada vez mais questionamentos internos. As baixas durante a guerra foram numerosas, o que incitou o aprofundamento de movimentos sociais de contestação ao conflito, que pregavam o pacifismo e a contracultura. A insatisfação era profunda na sociedade. Assim, já no governo de Richard Nixon, em 1973, os EUA decidiram retirar-se da guerra, por meio dos acordos de paz assinados em Paris [Fiori (2000, p. 111-112)].

A derrota na guerra abalou o poder militar norte-americano, além de suscitar o enfraquecimento da credibilidade interna e internacional da nação, já que grande parte da população nacional americana e da comunidade internacional fora desfavorável à invasão do Vietnã, considerando-a ilegítima.

Paralelamente à derrota americana na Guerra do Vietnã, ocorreu a ruptura do sistema de Bretton Woods, acordado ao fim da Segunda Guerra Mundial sob a liderança dos EUA, com a participação de 44 países aliados capitalistas. O sistema deu início ao regime monetário internacional do padrão ouro-dólar, baseado em taxas de câmbio fixas e com a manutenção

do preço oficial do ouro indexado ao dólar. Bretton Woods realizava ainda o controle de fluxos de capital de curto prazo, além de criar o Fundo Monetário Internacional (FMI), que, em conjunto com os EUA, seria o responsável pela reconstrução dos países capitalistas aliados afetados pelos estragos da guerra.

A posição norte-americana nesse momento era muito forte, pois praticamente todos os países aliados haviam tomado empréstimos dos EUA durante a Segunda Guerra Mundial. Ademais, grande parte das reservas mundiais de ouro estava sob o domínio da economia norte-americana.

O auxílio dos EUA aos países aliados durante o pós-guerra foi fornecido de diversas formas: promoção de investimentos diretos, abertura das importações americanas, ajuda externa direta realizada por meio de doações, transferência de tecnologia e tolerância com tarifas protecionistas, além de ajuda para promover desvalorizações no câmbio das nações aliadas como forma de incentivar a competitividade internacional desses países. No entanto, o sucesso desse conjunto de medidas proporcionou às economias dos países aliados um grau de crescimento mais acelerado até do que o experimentado pelos EUA, que, de fato, registravam cada vez mais redução do superávit comercial e de conta-corrente, que acabaram se transformando em déficits em 1971 [Serrano (2005, p. 186)].

Além disso, já se verificava um elevado déficit na balança de pagamentos por causa da grande saída de capitais resultante de investimentos externos diretos, ajuda externa, gastos militares no exterior e empréstimos para os demais países.

A valorização do dólar acabou sendo responsável pelo crescimento do déficit comercial americano, que correspondia a uma tentativa de obtenção de saldos comerciais crescentes dos demais países industrializados, seguindo a estratégia de que exportar seria a solução para todos, menos para os EUA, cuja solução era importar barato.

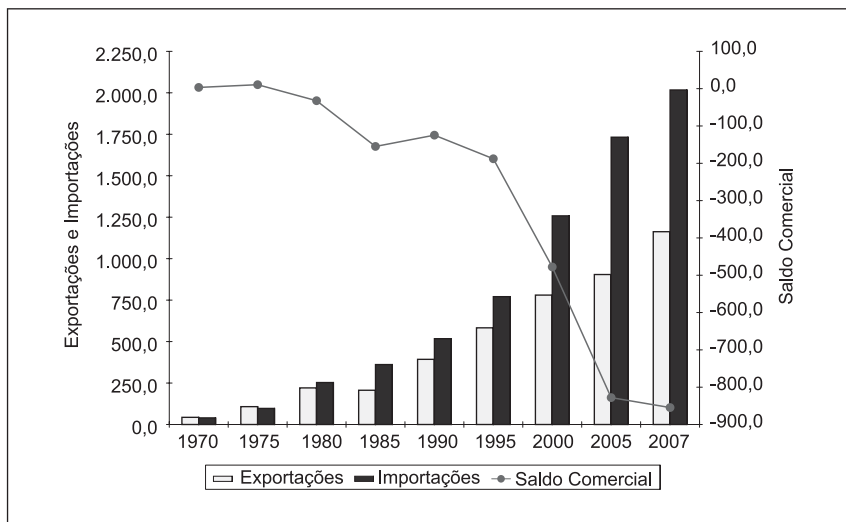
Em 1975, as importações totais norte-americanas apresentaram incremento de 143% em comparação ao ano de 1970. A balança comercial dos EUA no período em questão mantinha o superávit de US\$ 10,7 bilhões. No entanto, em 1980 o valor total das importações norte-americanas superou em 15% o valor das exportações, incorrendo no déficit comercial de US\$ 32,3 bilhões. Já em 1995 o déficit comercial americano, de US\$ 187,9 bilhões, foi cerca de seis vezes maior do que o ocorrido em 1980. Desde então, os

EUA apresentaram déficits comerciais cada vez mais significativos (ver Gráfico 1).

GRÁFICO 1

**Balança Comercial de Bens dos EUA: 1970 a 2007**

(Em US\$ Bilhões)



Fonte: *Elaboração própria, com base em dados da United Nations Commodity Trade Statistics Database (UN Comtrade).*

A controvérsia sobre a sustentabilidade do déficit em conta-corrente dos EUA é longa e não será objeto deste trabalho. Existe uma grande e diversificada amostra de trabalhos que apontam desde a insustentabilidade do déficit americano, variando a conclusão sobre o prazo em que um penoso ajuste se daria, até autores que não atribuem tanta preocupação com sua possível reversão ou não [ver Obstfeld e Rogoff (2000 e 2004), Weller (2006), Truman (2005) e Edwards (2005)].

Outros autores percorrem um caminho distinto e concluem não só pela sustentabilidade, mas também pela relevância do déficit norte-americano para a economia mundial. Dooley et al. (2004) argumentam que o déficit em conta-corrente dos EUA não é apenas sustentável, mas também parte integral de um sistema monetário internacional bem-sucedido, baseado em “fluxos líquidos de poupança dos países periféricos (pobres) para os centrais (ricos), ou seja, de déficits em conta-corrente para o centro e superávits para a periferia” (p. 2). A rápida industrialização dos países da periferia – em especial do Leste Asiático e notadamente a chinesa – requer um

grande fluxo de entrada de investimentos externos diretos e, dessa forma, um grande déficit na conta-corrente dos países desenvolvidos na provisão de seu colateral.

De qualquer forma, a natureza do déficit dos EUA encontra-se na definição de uma estrutura industrial cujo início se observa já em meados da década de 1980 e que teve suas origens nos acontecimentos da década anterior.

Naquela época, os EUA enfrentavam simultaneamente os efeitos causados pela derrota no conflito com o Vietnã, responsável pelo aumento do ritmo do crescimento dos salários nominais norte-americanos, que, por sua vez, acarretaram a aceleração inflacionária, na medida em que os reajustes salariais eram repassados para os preços. No entanto, as margens de lucros nominais não subiram o suficiente para compensar o aumento do ritmo de crescimento dos custos salariais, o que incitava o descontentamento do setor empresarial [Serrano, (2005, p. 191)].

O regime de câmbio nominal fixo e a elevação da inflação ocasionaram a progressiva deterioração da competitividade externa da economia americana. Isso aumentou a pressão interna dos setores expostos à concorrência externa para que o governo americano efetuasse, por conta própria, a desvalorização cambial do dólar como forma de estimular a competitividade dos produtos norte-americanos [Serrano (2005, p. 194)].

Dessa forma, os EUA enfrentavam um grande paradoxo, pois o próprio sucesso da estratégia americana de reconstrução e desenvolvimento dos demais países capitalistas (que aceitava desvalorizações cambiais desses países) estava reduzindo progressivamente os superávits comerciais e de conta-corrente americanos. Nesse caso, a maneira mais simples de melhorar a competitividade externa americana seria por meio da desvalorização do dólar. No entanto, o padrão monetário de Bretton Woods impunha aos EUA a necessidade de manter fixo o preço oficial do ouro em dólar. Essa medida impedia os EUA de desvalorizar ou valorizar sua moeda em relação às moedas dos demais países, pois não podiam modificar o preço nominal do ouro em dólar.

Nesse sentido, os EUA e o governo Nixon enfrentavam um dilema da necessidade de valorizar o câmbio e, ao mesmo tempo, a impossibilidade de fazê-lo, dentro das regras do Bretton Woods. Diante dessa contradição, o presidente Nixon tomou a decisão unilateral de abandonar a conversibilidade em ouro do dólar, além de impor uma tarifa extra sobre todas as importações, como forma de conter o avanço do déficit comercial [Serrano

(2005, p. 195-196)]. Já em 1973, introduziu o regime das taxas de câmbio flutuante e, não obstante, o Fed decidiu subir unilateralmente a taxa de juros em 1979, como resposta ao significativo crescimento de europeus e japoneses e com o objetivo de retomar a supremacia do dólar como moeda de reserva. Essa medida deflagrou uma crise de liquidez nos países em desenvolvimento e resultou definitivamente no fim de Bretton Woods.

A ruptura do sistema de Bretton Woods foi acompanhada de uma desregulamentação do sistema financeiro em escala global, acarretando ainda a instabilidade das taxas de câmbio e das de juros reais, que apresentaram aumento significativo nos países desenvolvidos. O fim do regime monetário de Bretton Woods resultou na existência de um “não sistema” monetário internacional, além da falta de disciplina ou a regulação do mercado internacional de moedas e a inexistência de regras quanto ao funcionamento do sistema internacional de taxas de câmbio e ainda um desequilíbrio extraordinário no cenário internacional [Baumann et al. (2004, p. 224)].

A ausência de conversibilidade em ouro concedeu ao dólar e aos EUA a liberdade de variar sua paridade em relação às moedas dos outros países conforme sua conveniência, por meio da variação da taxa de juros [Serrano (2002, p. 8-9)]. Assim, a afirmação do dólar na economia mundial colocou os EUA em uma posição macroeconômica singular, por emitirem a moeda internacional e fixarem automaticamente a taxa de juros, independentemente das intervenções dos outros países no mercado de câmbio. Os EUA não enfrentavam qualquer restrição de balanço de pagamentos, já que seus elevados déficits em transações correntes são financiados em sua própria moeda, o que lhes concede uma autonomia econômica única [Meireiros (2005, p. 141)].

Por fim, aprofundando o enfraquecimento da posição norte-americana no cenário internacional, ocorreram também, durante a década de 1970, os choques de petróleo realizados pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep). A partir de 1971, a Opep passou a pressionar por reajustes no preço internacional do petróleo e por maior participação nos *royalties* da *commodity*. Os EUA, para manter boas as relações com os países árabes e ainda zelar pela segurança energética doméstica, aceitou reajustes de quase 50% do preço do petróleo internacional e, ao mesmo tempo, em 1971, começaram a ampliar suas importações de petróleo com origem nos países da Opep.

Em agosto de 1973, como parte da política de segurança energética, os EUA congelaram o preço do petróleo doméstico com o objetivo de evi-

tar a exploração predatória e aboliram definitivamente as cotas oficiais de importação da *commodity*, o que resultou em um aumento da demanda do petróleo importado dos países da Opep. A política energética americana priorizava a preservação e a ampliação das reservas internas americanas e, simultaneamente, a garantia de abastecimento aos EUA. Paralelamente a essa política energética protecionista americana, ocorria a Guerra do Yom Kippur entre os países árabes (Egito e Síria) e Israel, deflagrada em represália ao apoio dado pelos EUA e países da Europa Ocidental a Israel [Serrano (2005, p. 199)]. O conflito foi considerado o estopim para o início do choque do petróleo. Membros árabes, detentores de aproximadamente dois terços das reservas mundiais, decidiram cortar o suprimento de petróleo, o que ocasionou um aumento de 70% do preço internacional do insumo.

Dessa forma, o primeiro choque do petróleo foi resultado direto do conflito distributivo entre os países produtores e os países desenvolvidos, dentro do contexto de questionamento da liderança internacional norte-americana [Serrano (2005, p. 199)]. Os choques tiveram influência significativa na economia norte-americana, já que esta dependia do insumo para sua expansão, além de resultarem na desaceleração do crescimento mundial.

Ainda nesse ambiente de instabilidade, em 1979, sob o impacto da revolução no Irã, ocorreu o segundo choque do petróleo, que fez o preço internacional do produto quase triplicar, levando o mercado internacional novamente ao caos. A produção iraniana foi interrompida, o que resultou em uma redução de oferta de 4 milhões de barris de petróleo por dia e ocasionou a apreciação dos preços, que passaram de US\$ 13 para US\$ 34 o barril [Torres (2005, p. 326)]. As ações da Opep resultaram no fim do “regime energético”, que sustentava o crescimento barato da economia mundial durante os anos 1950 e 1960.

A conjuntura instável verificada na década de 1970 marcou o fim da chamada “era de ouro” da economia mundial capitalista, evidenciado por baixo crescimento econômico, inflação acelerada e desequilíbrio monetário no âmbito internacional.

Foi nesse contexto que ocorreu a reaproximação entre EUA e China. Os EUA consideravam a aproximação com a China uma alternativa favorável que fornecesse meios para manter sua hegemonia internacional. A China seria uma fonte lucrativa provedora de recursos, como mão de obra barata, possibilitando redução nos custos de produção, ao fornecer ampla gama de manufaturas com preços reduzidos e representar uma imensa fonte de demanda para os produtos norte-americanos, graças a sua ele-



vada população. Além disso, a China seria importante na expansão da influência política dos EUA na região asiática e poderia conter a expansão soviética na região.

Para a China, que também se encontrava enfraquecida, a relação com os EUA seria vantajosa como forma de mitigar o desgaste da imagem interna do Partido Comunista, além de ser importante na contenção das forças soviéticas que avançavam a caminho de territórios chineses e, principalmente, como fonte de recursos para a modernização da economia e da indústria chinesas, contribuindo para o desenvolvimento do país. Construía-se, assim, uma relação complementar entre os países, que compreendeu trocas comerciais significativas e intercâmbio de conhecimentos tecnológicos cruciais para o desenvolvimento chinês.

### **3. A Abertura Chinesa ao Ocidente e a Relação Sino-Americana**

Como visto na seção anterior, tanto a China quanto os EUA enfrentavam profundos desequilíbrios durante a década de 1970, evidenciando fragilidades políticas, econômicas e militares em ambas as nações. Outro fator comum com que os dois países se deparavam era o avanço das tropas soviéticas no Leste Asiático. A China preocupava-se com as forças soviéticas em expansão próxima aos territórios chineses, enquanto os EUA se preocupavam com a contenção da própria expansão do domínio do sistema socialista em conjunto com as tropas da URSS.

A economia internacional, sob a égide norte-americana, enfrentava um período de significativa contração. Segundo Wallerstein (1981, p. 5), são esses cenários de contração do poder central, condutor do sistema capitalista, que permitem a ocorrência de realocações produtivas no sistema internacional. Na teoria que ficou conhecida como “desenvolvimento a convite”, o país hegemônico no cenário internacional percebe como alternativa favorável o contato com nações periféricas que forneçam meios de redução nos custos de produção e, sobretudo, polos de incremento da demanda efetiva. O deslocamento de domínios do capitalismo acaba por produzir modificações na divisão internacional do trabalho e nas relações centro-periferia.

Por meio da relação com a China, os EUA, como estratégia de sustentação de sua posição hegemônica no cenário global, buscaram beneficiar-se de fontes de mão de obra barata como forma de redução nos custos de produ-

ção, da importação de manufaturas com custos reduzidos, além do crescente mercado interno localizado na China. Com a aproximação dos EUA, a China seria favorecida pelo fluxo comercial entre as nações, que acabaria por propiciar ganhos com o intercâmbio de conhecimentos tecnológicos que seriam utilizados para a modernização da economia chinesa e contribuiriam para o desenvolvimento da nação. Soma-se a isso o interesse de ambas as nações em conter o avanço do poder soviético no Leste Asiático. Assim, os fatores de debilidades enfrentados pelos países favoreceram a convergência de interesses, resultando na aproximação que gerou benefícios para ambas as nações.

A política isolacionista traçada pela China após a ruptura com a URSS não poderia ser mantida, sobretudo se o país desejasse desenvolver seus aparatos tecnológicos. Havia a necessidade de assistência dos conhecimentos estrangeiros para o desenvolvimento industrial e tecnológico chinês, como no caso da exploração petrolífera, que carecia de tecnologias mais avançadas para se expandir. Esse contexto permitiu que os chineses percebessem na aproximação com os EUA a possibilidade de intercâmbio de conhecimentos como forma de desenvolver sua economia interna [Spence (1990, p. 583-584).

Paralelamente, nos últimos anos da década 1960, a China almejava um assento na ONU e o direito de voto no Conselho de Segurança que Taiwan detinha desde 1949<sup>4</sup>. Com a ajuda de países não alinhados, os EUA admitiram, em 1971, a entrada da China na ONU, ocasionando, assim, a retirada de Taiwan.

Para organizar previamente as relações oficiais entre os países, foram realizados encontros sigilosos entre políticos, como a ida à China do assessor de Segurança Nacional norte-americano, Henry Kissinger, recebido pelo primeiro-ministro chinês, Chou En-lai, que teve papel fundamental na aproximação dos EUA. Em 1972, as relações entre os países foram devidamente oficializadas com a visita de Nixon à China e a assinatura de acordos que abrangiam esferas comerciais e militares com o Ocidente. Os chineses reconheceram a utilidade ao acesso à tecnologia estrangeira para compor o desenvolvimento do país.

---

4 Desde a decisão do presidente Truman, em 1957, de proteger Taiwan de uma possível invasão da República Popular da China, durante a Guerra da Coreia, Taiwan fora uma forte aliada dos EUA, fornecendo base militar e se beneficiando com o comércio americano. Ver nota 3.

Segundo Spence (1990), Mao havia perdido credibilidade com suas políticas de abusos intensos. Assim, por meio dessa relação com os EUA, tinha o objetivo de reafirmar a ordem nacional, depois dos estragos causados pela Revolução Cultural, e estabilizar a economia e a população chinesa rumo a um desenvolvimento mais próspero, além de fortalecer a posição estratégica e econômica chinesa frente à URSS. Por outro lado, Nixon estava com a imagem desgastada interna e externamente por causa da hostilidade com a Guerra do Vietnã. Assim, ambas as nações visualizavam a oportunidade única de realinhamento como forma de solucionar desgastes políticos e econômicos internos e internacionais.

A “abertura das portas” para o intercâmbio estrangeiro foi favorecida pela assunção de políticos que defendiam a estratégia de crescimento mais dinâmico que abarcasse a utilização de tecnologias estrangeiras por meio de *know-how* e de fontes de financiamentos externos, mas que ao mesmo tempo preservasse a integridade nacional do país. Chou En-lai e Deng Xiaoping eram exemplos de defensores dessa inovação político-econômica. Deng Xiaoping, como vice-primeiro-ministro, em seu discurso realizado na ONU, em 1974, anunciou a especificidade que defendia para a estratégia de desenvolvimento chinesa, combinando políticas de desenvolvimento interno e intercâmbio com mercados internacionais [Spence (1990, p. 599)].

Deng propunha levar adiante as Quatro Modernizações (agricultura, indústria, ciência e tecnologia e forças armadas) por meio de uma postura mais aberta da China à absorção de conhecimentos e tecnologia estrangeiros, mas fundamentada na intervenção do Estado como principal condutor dessa nova dinâmica política de desenvolvimento.

A dinâmica de desenvolvimento utilizada por Deng para o crescimento interno da China e sua inserção no cenário internacional vai ao encontro do argumento de Arrighi (1997, p. 152), que considerava fundamental para a ascensão de uma nação a conjuntura sistêmica internacional favorável, em conjunto com mecanismos internos implementados pelos Estados. Arrighi reconhece o papel fundamental do Estado como forma de estimular os incentivos às inovações, criando condições que possibilitem alterações na posição hierárquica do sistema. Os Estados são capazes de recriar condições políticas favoráveis que estimulem o desenvolvimento da economia.

Segundo o autor, as modernizações promovidas pelo Estado e a abertura comercial restituída quando Deng assumiu o governo foram fatores preponderantes para o crescimento chinês. A China apresentava vantagens

competitivas inigualáveis que contribuíram para a atração de investimentos estrangeiros<sup>5</sup>, como baixo salário e, sobretudo, o uso de técnicas que empregam mão de obra instruída, barata e de alta qualidade. Esses fatores favorecem o aprimoramento da divisão social do trabalho para a produção e, por sua vez, acabam por facilitar condições de inovações por meio do uso intensivo de conhecimentos tecnológicos [Arrighi (2008, p. 372)].

Nesse sentido, é importante enfatizar que a estratégia de expansão da economia chinesa compreendeu mecanismos de desenvolvimento nacionais e baseados nos mercados internacionais, liderados fundamentalmente pelo poder do Estado. No âmbito nacional, além das reformas promovidas pelo Estado, podem-se destacar a importância dos gastos públicos para o crescimento da economia chinesa e ainda o extenso volume de investimentos estatais, sobretudo em capital fixo, que já na década de 1980 correspondiam a mais de 35% do PIB do país.

As Quatro Modernizações promovidas por Deng a partir do final da década de 1970 estabeleceram melhorias nos principais setores da economia chinesa. Entre eles, destaca-se a agricultura, que obteve reformas significativas, como a permissão fornecida pelo Estado para que os agricultores comercializassem os excedentes da produção a preço de mercado. Além disso, em 1979, foi iniciada a descoletivização do campo, permitindo que famílias ganhassem lotes de produção, o que favoreceu o crescimento médio da produção agrícola de 18% ao ano até 1983. No entanto, a distribuição dos lotes continuou sendo de responsabilidade dos governos locais.

Em relação à modernização da ciência e tecnologia, foram criadas mais de 80 universidades-chave, em conjunto com realizações de investimentos importantes em pesquisa aplicada e tecnologia, além do envio de grupos de estudantes ao exterior para treinamento e intercâmbio de conhecimento.

A modernização no setor industrial foi fundamental para o contato direto da economia chinesa com o Ocidente e, sobretudo, com os EUA. Foram criadas as Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), localizadas nas províncias costeiras da China, cujo objetivo era a produção voltada exclusivamente para a exportação e que foram importantes para a assimilação de tecnologias avançadas. As ZEEs tinham incentivos fiscais e isenção de taxas de importação para máquinas especiais. A China construía unidades indus-

---

5 Arrighi (2008, p. 362) considera outra vantagem peculiar o fato de a China ser uma economia nacional protegida informalmente pelo idioma, costumes e instituições, o que torna muitas vezes necessário aos estrangeiros o acesso a intermediários locais.

triais segundo as especificações dos investidores estrangeiros e fornecia mão de obra bem treinada, com salários competitivamente baixos, além de garantir infraestrutura. Também oferecia aos investidores taxas de impostos preferenciais e vários outros incentivos financeiros como forma de atrair os investidores estrangeiros. Esses benefícios concedidos pelo Estado chinês foram fundamentais para a crescente atração de empresas e investidores estrangeiros. As ZEEs eram as únicas com permissão para entrada de investimentos externos diretos (IED). No restante do país, consolidaram-se dois outros modelos industriais: *township village enterprises* (TVEs), que surgiram a partir da dissolução das comunas, em 1978, e as *state-owned enterprises* (SOEs), empresas financiadas por bancos estatais chineses.

Nesse sentido, é válida a observação de Tavares e Beluzzo (2005), segundo a qual a expansão mundial do capitalismo sob a hegemonia americana modificou a divisão internacional do trabalho e a relação centro-periferia. A natureza e a dimensão do novo centro são radicalmente diferentes, não correspondendo à divisão clássica entre um centro produtor de manufaturas e uma periferia produtora e fornecedora de matérias-primas. A economia norte-americana é, simultaneamente, grande produtora de manufaturas, matérias-primas e alimentos. Assim, a sua expansão externa não se dá apenas pelo comércio, mas, sobretudo, “pelas filiais do grande capital financeiro trustificado” (ibid., p. 124).

O processo de globalização financeira, iniciado durante a década de 1980, favoreceu o aumento extraordinário do fluxo de capitais internacionais em escala global. A expansão da grande empresa promoveu paulatinamente o aparecimento de fluxos comerciais entre países que são, na verdade, comércio entre matrizes e filiais. Essa relação, ao chegar à Ásia, muda novamente a divisão do trabalho, em que esta região se torna grande produtora de manufaturas com preços reduzidos, graças, sobretudo, à extensa fonte de mão de obra barata, especialmente na China.

Simultaneamente ao contexto das reformas chinesas, os EUA, sentindo-se ameaçados com o significativo crescimento do Japão e da Alemanha, decidiram elevar a taxa de juros americana, em 1979, e implementaram a política do dólar forte, sobrevalorizando sua moeda frente à japonesa e à alemã. “O fortalecimento do dólar como moeda de reserva e de denominação das transações comerciais e financeiras promoveu profundas alterações na estrutura e na dinâmica da economia mundial” [Tavares e Beluzzo (2005, p. 130). As transformações envolveram a redistribuição da capacidade produtiva na economia mundial e incorreram em enormes déficits orçamentários e comerciais dos EUA, favorecendo as economias asiáticas.

Em meados da década de 1980, os EUA decidiram reverter a política econômica de valorização do dólar e, por meio do Acordo Plaza, de 1985, impuseram a acentuada valorização do iene, visando reverter seu déficit estrutural na balança comercial com o Japão. A economia japonesa acabou prejudicada com sua moeda valorizada frente ao dólar, suas exportações foram afetadas e passaram a se destinar, majoritariamente, à própria região asiática, favorecendo, por exemplo, o aumento de investimentos japoneses realizados em territórios chineses.

A China, na época, vinha executando seu programa de reforma com grande eficácia, apresentando crescimento significativo, e mantinha ainda sua moeda desvalorizada. O programa de desenvolvimento chinês era realizado por meio de uma estratégia exportadora agressiva, combinada com a atração de investimentos externos para as zonas especiais.

A economia chinesa acabou sendo beneficiada com a valorização do iene frente ao dólar, por meio de investimentos externos e incremento do fluxo comercial. Os EUA firmaram-se como importadores líquidos, ou seja, como consumidores de última instância da produção manufatureira chinesa. Outras características notáveis da China são o elevado ritmo de crescimento das exportações de manufaturados e o grande superávit comercial com os EUA, o que a torna exportadora de manufaturas baratas para os EUA e mercado favorável para o destino de investimentos externos.

Com o estabelecimento efetivo das relações entre EUA e China, em 1972, percebe-se o avanço das trocas comerciais entre as nações. No decorrer da década de 1970, o fluxo comercial ampliou-se constantemente. Já no início da década de 1980, com o crescente volume de exportações chinesas, observa-se o aparecimento de déficit comercial dos EUA com a China, de US\$ 426 milhões, em 1985. Em 1995, o déficit americano foi cerca de 26 vezes maior do que o constatado em 1985, apresentando o valor total de US\$ 11,4 bilhões. Vale destacar que, de 1985 a 1995, as importações americanas com origem chinesa apresentaram um incremento de US\$ 11,5 bilhões, alcançando em 1995 o valor total de US\$ 48,5 bilhões. Não obstante, o déficit comercial americano apresentou incrementos significativos desde então, totalizando em 2008 o valor de US\$ 266,3 bilhões (ver Tabela 1).

TABELA 1

**Balança Comercial dos EUA com a China: 1975 a 2008**

(Em US\$ Milhões)

ANO	EXPORTAÇÕES	IMPORTAÇÕES	SALDO COMERCIAL
1975	304	159	145
1980	3.755	1.161	2.594
1985	3.796	4.222	-426
1990	4.807	16.261	-11.453
1995	11.748	48.506	-36.757
2000	16.252	107.615	-91.362
2005	41.835	259.829	-217.994
2008	71.412	337.745	-266.333

Fonte: *Elaboração própria, com base em dados da United Nations Commodity Trade Statistics Database (UN Comtrade) e United States International Trade Commission.*

O crescimento explosivo das exportações chinesas, assim como o acúmulo de superávit comercial com os EUA, foi um fator crucial para o desenvolvimento da China [Medeiros (2000, p. 320)]. Nesse sentido, a nova aliança estratégica com os EUA teve papel decisivo para o sucesso econômico chinês [Fiori (2007, p. 180)]. O desenvolvimento do país se construiu por meio de uma clara estratégia de promoção de exportações, captação de investimento externo e ainda o acesso a finanças internacionais [Medeiros (2000, p. 337)]. Esse modelo, aliado à forte presença do Estado, permitiu a criação das ZEEs, que, por meio do estímulo às exportações e atração de IEDs, favoreceram o acúmulo de reservas internacionais.<sup>6</sup>

Por meio das ZEEs, os chineses passaram a sustentar uma continuada elevação da taxa de acumulação interna de capital e uma rápida incorporação de novas tecnologias mediante o estímulo à criação de *joint-ventures* com empresas estrangeiras, condição imposta nas zonas especiais para a implantação dessas empresas estrangeiras. A posição da China na economia mundial melhorou profundamente a partir de uma alta taxa de crescimento interno, absorção de IED e de crescimento das exportações [Tavares e Beluzzo (2005, p. 133)]. Esse modelo de desenvolvimento possibilitou o

6 Ver Prasad e Wei (2005), para uma avaliação da importância dos fluxos de capital não provenientes do IED ou do superávit em conta-corrente na formação das reservas internacionais da China no início do século XXI.



acúmulo e o intercâmbio de conhecimento entre as empresas, o que favoreceu a modernização industrial e tecnológica da China, ampliando a absorção de tecnologias modernas e *know-how*. Conforme observado por Marti (2007, p.10):

As ZEEs foram concebidas para atrair investidores estrangeiros que, em troca, introduziriam na China tecnologias e métodos modernos de administração, com o propósito de criar um fluxo de exportações gerador de divisas, encorajados por vendas sem impostos, taxas reduzidas, tarifas menores, infraestrutura moderna, legislação trabalhista e salarial flexível e menos burocracia.

A criação das ZEEs, em conjunto com uma política cambial favorável às exportações, que priorizava a desvalorização do yuan frente ao dólar, foi um mecanismo fundamental para o aumento da entrada dos investimentos externos diretos na China e o estímulo às exportações.

Atualmente, a China é o segundo maior absorvedor de IED depois dos EUA. No entanto, a expansão mais vigorosa de IEDs destinados à China se deu a partir da década de 1990. De 1990 a 2000, a entrada de IED na China totalizou uma média de US\$ 30,1 bilhões, representado 6% da participação mundial. Já em 2004 a entrada de IED na China mais que dobrou em relação a 2000, apresentando um total de US\$ 60,6 bilhões, elevando sua participação mundial para 8% (ver Tabela 2).

TABELA 2

**Fluxo de IED – China, EUA e Mundo: 1990 a 2007**

(Em US\$ Milhões)

PAÍSES	1990-2000 MÉDIA	2004	2005	2006	2007
<b>China</b>					
Entrada	30.104	60.630	72.406	72.715	83.521
Saída	2.195	5.498	12.261	21.160	22.469
<b>EUA</b>					
Entrada	109.513	135.826	104.773	236.701	232.839
Saída	92.010	294.905	15.369	22.664	313.787
<b>Mundo</b>					
Entrada	492.605	717.695	958.697	1.411.018	1.833.324
Saída	492.535	920.151	880.808	1.323.150	1.996.514

Fonte: *Elaboração própria, com base em dados da Unctad.*

Os segmentos correspondentes a empreendimentos originados por investimento direto externo representam 20% do PIB chinês. Apesar de empregarem apenas 3% da mão de obra do país, são responsáveis por 50% das exportações chinesas e por 60% das importações. Estima-se que o investimento externo direto contribuiu para 40% do crescimento econômico chinês nos últimos anos [Whalley e Xin (2006)].

Hoje em dia, a China destaca-se como uma grande receptora de investimentos norte-americanos, apresentando um estoque de US\$ 70 bilhões de investimento das grandes multinacionais americanas. A China afirma-se como o primeiro país entre os países em desenvolvimento em termos de renda transferida para as empresas dos EUA [Medeiros (2005, p. 171)].

Entre os anos de 1979 e 2000, período referente à primeira fase de aceleração da entrada de investimentos na China, os EUA foram a principal origem dos investimentos externos realizados naquele país, sendo responsáveis por 22% do total. Todos os países que formam atualmente a União Europeia obtiveram a mesma participação (22%), seguidos de Japão (19,5%) e Cingapura (12%).<sup>7</sup> Os investimentos norte-americanos e europeus foram destinados principalmente a setores intensivos em capital e tecnologia [Acioly (2005)]. Nos anos recentes, cresceu a participação do Japão e de outras origens, mas os EUA continuam a ser uma das três principais fontes do IDE na China [National Bureau of Statistics of China (2007)].

A criação das Zonas Econômicas Especiais, no âmbito das reformas de modernização a partir de 1979 e durante a década de 1980, foi um fator importante na capacidade chinesa de atrair investimentos externos, tanto mundiais quanto da própria Ásia. As ZEEs, com o intuito de modernizar o país, tinham como objetivo primordial o acúmulo de reservas internacionais para importar bens de capital e tecnologia. É nesse sentido que as exportações ganham destaque na estratégia chinesa de crescimento.

As exportações foram um componente importante de demanda efetiva na economia chinesa, apresentando crescimento extraordinário desde a década de 1970. Em 1985, o valor das exportações foi cerca de cinco vezes maior do que em 1975, alcançando um total de US\$ 25,6 bilhões. As exportações provenientes da China já representavam 3% do total mundial

---

<sup>7</sup> Excluem-se os investimentos originados de Hong Kong e Taiwan, que, juntas, representaram 59% do investimento externo direto da China. Se fossem incluídos esses investimentos, as participações de EUA e União Europeia cairiam para 9% cada uma. Os valores referentes a Hong Kong e Taiwan deturpam as estatísticas por incluírem capitais oriundos da própria China continental em busca do tratamento preferencial dado a investidores estrangeiros.

em 1995, e desde então essa participação tem apresentado incrementos significativos (ver Tabela 3).

TABELA 3

**Participação das Exportações da China nas Exportações Mundiais: 1970 a 2007**

(Em US\$ Milhões)

ANO	EXPORTAÇÕES MUNDIAIS	EXPORTAÇÕES DA CHINA	PARTICIPAÇÃO (%)
1970	317.000	2.514	0,8
1975	877.000	6.019	0,7
1980	2.034.000	19.704	1,0
1985	1.954.000	25.632	1,3
1990	3.449.000	62.091	1,8
1995	5.164.000	148.779	2,9
2000	6.454.000	249.203	3,9
2005	10.482.000	761.953	7,3
2007	13.898.000	1.217.776	8,8

Fonte: Elaboração própria, com base em dados da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Os EUA têm sido um importante parceiro comercial da China, compreendendo mais de 20% do destino das exportações chinesas. Em 1972, com o fim do embargo comercial dos EUA à China, o fluxo comercial entre as nações obteve um aumento extraordinário. Em geral, os EUA são grandes importadores de manufaturas chinesas, enquanto a China importa dos EUA, majoritariamente, bens de capital, grãos e outros insumos escassos na sua economia.

Além disso, em 1980, a concessão do tratamento de nação mais favorecida (*most favored nation* – MFN) dos EUA à China e ainda a classificação da China como “nação em desenvolvimento” favoreceram o aprofundamento das relações comerciais entre ambas as nações. Essa medida resultou na redução, pela metade, das tarifas americanas de importação de têxteis e vestuários chineses. Como consequência, a China afirmou-se, no início da década de 1980, como a maior exportadora de têxteis para os EUA, e estes se tornaram o segundo maior parceiro comercial da China.

Desde 2000, a China é o país de maior superávit comercial com os EUA. Em 2008, o saldo comercial da China foi de US\$ 266,3 bilhões, valor mais do que o dobro do segundo país de maior superávit, o Japão (ver Tabela 4). O crescimento do superávit chinês foi acelerado nos últimos anos, tendo mais que dobrado nos últimos cinco anos.

TABELA 4

**Déficit Comercial dos EUA: 20 Principais Países**

(Em US\$ Bilhões)

	PAÍS	1996	1999	2002	2005	2006	2007	2008
1	China	-39,5	-68,7	-103,1	-201,6	-232,5	-256,3	-266,3
2	Canadá	-23,9	-34,4	-49,8	-76,4	-73,2	-64,7	-74,6
3	Japão	-47,7	-73,9	-70,1	-82,7	-88,4	-82,8	-72,7
4	México	-16,2	-22,7	-37,2	-50,1	-64,1	-74,3	-64,4
5	Alemanha	-15,5	-28,3	-35,9	-50,7	-47,8	-44,7	-42,8
6	Arábia Saudita	-1,5	-0,3	-8,4	-20,4	-23,9	-25,2	-42,3
7	Venezuela	-8,2	-5,9	-10,7	-27,6	-28,2	-29,7	-38,8
8	Nigéria	-5,0	-3,7	-4,9	-22,6	-25,7	-30,0	-34,0
9	Irlanda	-1,1	-4,6	-15,6	-19,3	-20,1	-21,3	-22,9
10	Itália	-9,4	-12,3	-14,2	-19,5	-20,1	-20,9	-20,7
11	Iraque	0,0	-4,2	-3,6	-7,7	-10,1	-9,8	-20,0
12	Argélia	-1,5	-1,4	-1,4	-9,2	-14,4	-16,2	-18,1
13	Malásia	-9,3	-12,3	-13,7	-23,3	-24,0	-21,1	-17,8
14	Rússia	-0,2	-4,0	-4,4	-11,3	-15,1	-12,0	-17,4
15	Angola	-2,4	-2,2	-2,7	-7,6	-10,2	-11,2	-16,8
16	França	-4,2	-7,1	-9,4	-11,4	-12,9	-14,2	-14,8
17	Tailândia	-4,1	-9,3	-9,9	-12,7	-14,3	-14,3	-14,5
18	Coreia do Sul	3,9	-8,3	-13,0	-16,1	-13,4	-12,9	-13,3
19	Taiwan	-11,5	-16,1	-13,8	-12,8	-15,2	-11,9	-11,0
20	Vietnã	0,0	-0,3	-1,8	-5,4	-7,5	-8,7	-10,1
	<b>Total</b>	<b>-168,5</b>	<b>-331,9</b>	<b>-470,3</b>	<b>-766,6</b>	<b>-818,0</b>	<b>-791,0</b>	<b>-800,0</b>

Fonte: Elaboração própria, com base em dados da United States International Trade Commission.

Apesar da crescente importância dos produtos chineses nos EUA, como observado em Bown et al. (2006), medidas protecionistas contra a China pouco influenciariam os resultados em conta-corrente dos EUA, que realizam compras em larga escala de outros países, tanto de países em desenvolvimento (por ex.: têxteis e confecções) quanto dos industrializados (por

ex.: aço e autopeças). Atualmente, as importações provenientes da China representam apenas 16% da pauta total dos EUA.

As importações norte-americanas refletem fatores de longo prazo pertencentes à atual estrutura produtiva do país. A tentativa de aumento das exportações e/ou redução das importações pelos EUA, derivadas de políticas que procurassem reavivar a indústria nacional, majoritariamente implicaria a necessidade de profundas reformulações na forma de produzir. Hoje, a indústria dos EUA encontra-se inserida em uma vasta cadeia mundial, derivada, em grande parte, do próprio investimento externo direto de suas empresas, que vem sendo realizado há décadas.<sup>8</sup>

O déficit americano é elevado com a China, mas esse país não é o único que determina sua pauta de importações. As compras externas dos EUA são relativamente concentradas em determinadas origens e produtos, mas não há um único mercado preponderante para o resultado final de sua composição. A China é, certamente, o grande destaque no comércio mundial e não deixa de sê-lo no caso norte-americano, mas não determina essencialmente sua necessidade de produtos vindos do exterior. China, Canadá, México, Japão e Alemanha explicam pouco mais da metade da pauta de importações dos EUA, pois há uma grande faixa intermediária de países que exportam quantidades significativas de variados produtos (ver Tabela 5). Esses países estão espalhados por quase todos os continentes e vendem aos EUA produtos tão diversos entre si quanto *commodities* primárias e manufaturas de alta intensidade tecnológica.

O maior componente das importações dos EUA são manufaturas (US\$ 1,2 bilhão em 2008), incluído nessa categoria um amplo conjunto de produtos e suas peças, que vão desde bens intensivos em mão de obra (confeção, móveis, calçados etc.) até de alta tecnologia (aviões, eletrônicos etc.). Exceto pela importação de combustíveis e lubrificantes (US\$ 487 bilhões), determinada a partir de uma dinâmica própria, de preservação de estoques nacionais, as importações de outros tipos de produtos são reduzidas. A dependência em relação a alimentos, bebidas e matérias-primas, exceto combustíveis, é significativamente menor (US\$ 118 bilhões) do que em relação aos grupos de produtos citados anteriormente.

---

8 *Nesse sentido, ver o temor de empresas transnacionais de capital norte-americano (por exemplo, Caterpillar e General Electric) sobre as possíveis cláusulas “buy american” no pacote de ajuda do governo daquele país em decorrência da crise financeira deflagrada a partir do segundo semestre de 2008. Restrições a importações e/ou incentivos à compra de produtos nacionais prejudicariam as transnacionais que vendem no mercado interno norte-americano bens produzidos por suas filiais em plantas espalhadas pelo mundo (The Independent, 2.2.2009).*

TABELA 5  
**Pauta de Importações dos EUA por Países em 2008**  
 (Em US\$ Bilhões)

	ALIMENTOS E BEBIDAS	MATÉRIAS- PRIMAS, EXCETO COMBUSTÍVEIS	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	PRODUTOS QUÍMICOS	MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE E ELETRÔNICOS	OUTRAS MANUFATURAS	DEMAIS PRODUTOS	TOTAL
China	4,9	1,7	2,1	10,8	151,3	162,8	4,2	337,7
Canadá	19,1	12,5	111,8	27,1	85,2	61,4	18,5	335,6
México	11,8	1,5	41,9	4,0	111,0	36,6	9,0	215,9
Japão	0,7	0,6	0,7	8,7	105,0	19,9	3,6	139,2
Alemanha	1,3	0,9	2,0	16,7	55,0	17,9	3,7	97,6
Reino Unido	1,9	0,4	8,5	15,5	17,7	11,0	3,7	58,6
Arábia Saudita	0,0	0,0	54,1	0,0	0,0	0,1	0,1	54,3
Venezuela	0,0	0,2	49,0	0,0	0,1	1,2	0,1	50,6
Coreia do Sul	0,4	0,5	2,2	2,3	32,8	9,0	1,1	48,1
França	3,6	0,4	3,4	9,8	16,0	8,8	2,0	44,0
Nigéria	0,1	0,0	37,9	0,1	0,0	0,0	0,0	38,1
Taiwan	0,3	0,3	0,3	1,3	21,4	11,4	1,3	36,3

*Continua*

	ALIMENTOS E BEBIDAS	MATÉRIAS- PRIMAS, EXCETO COMBUSTÍVEIS	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	PRODUTOS QUÍMICOS	MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE E ELETRÔNICOS	OUTRAS MANUFATURAS	DEMAIS PRODUTOS	TOTAL
Itália	3,4	0,2	2,3	4,3	12,1	12,8	1,0	36,1
Irlanda	0,1	0,0	0,1	22,1	2,2	5,5	1,0	31,1
Brasil	2,6	2,2	8,8	1,9	6,6	7,6	0,7	30,5
Malásia	1,9	0,3	0,3	0,0	22,7	4,4	0,7	30,2
Rússia	0,3	0,1	17,0	3,0	0,0	5,9	0,1	26,5
Índia	1,2	0,5	0,0	3,9	3,6	16,0	0,3	25,5
Tailândia	3,2	0,8	0,5	0,4	10,8	7,4	0,5	23,5
Israel	0,2	0,1	0,3	4,7	4,4	12,2	0,5	22,3
Demais	28,1	9,2	143,6	37,4	62,9	108,5	18,1	407,7
<b>Total</b>	<b>85,0</b>	<b>32,7</b>	<b>486,7</b>	<b>173,7</b>	<b>720,8</b>	<b>520,4</b>	<b>70,1</b>	<b>2.089,4</b>

Fonte: Elaboração própria, com base em dados da United States International Trade Commission.



As ponderações realizadas sobre a importância das exportações chinesas para a economia dos EUA não devem, entretanto, ofuscar a peculiaridade da relação entre os dois países; a China apresenta características que a tornam única no cenário mundial.

Além do grande volume exportado, a necessidade de importação da China também é significativa, o que a torna um “duplo polo” na economia mundial [Medeiros (2000)]: como principal produtora de manufaturas a preços reduzidos e como fonte de grande mercado para a produção mundial de máquinas e equipamentos, indústrias de tecnologia e matérias-primas. Ao mesmo tempo, a China é um rico mercado a demandar a importação de diversos produtos e um grande fornecedor de manufaturas a custos reduzidos.<sup>9</sup>

Para manter seu desenvolvimento industrial, a China enfrenta desafios, como a escassez de matérias-primas fundamentais para seu avanço.<sup>10</sup> Durante a primeira metade da década de 1970, cerca de 70% da pauta de importação chinesa se baseava na compra de grãos, sendo os EUA seu principal fornecedor. Já a partir de 1975, essas importações se reduziram graças a avanços na produção agrícola doméstica. Em conjunto com o petróleo e outras *commodities*, a busca por importação de máquinas e equipamentos e armas sofisticadas pressiona imensamente a necessidade de divisas e aumenta a importância do mercado externo para o desenvolvimento chinês.

Até o fim da década de 1980, o fluxo comercial entre a China e os EUA se deu, majoritariamente, via exportação de têxteis, calçados e produtos eletrodomésticos chineses para os EUA e exportação de máquinas e equipamentos, produtos alimentícios e tecnologias americanas para a China.

No entanto, a partir da década de 1990, o programa de desenvolvimento industrial traçado pelo Estado chinês, que priorizava a realização de

9 Ver Eichengreen e Tong (2007), no mesmo sentido sobre a China ser ao mesmo tempo um grande exportador e representar um grande mercado consumidor e as implicações dessa peculiaridade nos efeitos dos fluxos de investimento externo direto. Os vultosos fluxos de investimento direto para a China não significaram necessariamente o desvio de investimento em direção a outros países, mas contribuíram em muitos casos para seu próprio aumento. Houve aumento do IED nos países asiáticos que participam da mesma cadeia produtiva mundial que a China, apesar de conclusão contrária poder ser obtida quando analisados os casos dos países da OCDE, que sofreram queda dos fluxos de IED em detrimento daqueles países.

10 A necessidade de matérias-primas é apontada por alguns autores como um dos motivos de expansão da presença chinesa na África, objetivando a garantia de um suprimento de recursos (em especial, petróleo e gás) mais seguro do que no mercado mundial. Ver Besada et al. (2008) para uma avaliação do fluxo comercial e de investimento externo direto entre a China e os países africanos, bem como do argumento acima.

*joint-ventures* com as empresas estrangeiras, para favorecer o acúmulo de *know-how* por meio do contato e intercâmbio de tecnologias externas avançadas, possibilitou a tendência de diversificação da pauta de exportação chinesa, que passou a apresentar incremento nas exportações de produtos com maior conteúdo tecnológico e de maior valor agregado.

Durante a década de 1970, produtos têxteis e calçados correspondiam a cerca de 57% da pauta de exportação chinesa. Grande parte dessas exportações, como descrito anteriormente, era destinada aos EUA. Já em meados da década de 1980, a participação de bens manufaturados apresentou aumento, ultrapassando as exportações de têxteis e calçados. No entanto, em 1995, as exportações de insumos industriais, somadas à exportação de máquinas e equipamentos, já representavam mais de 47% da pauta de exportação chinesa. De 1985 a 1995, as exportações de máquinas e equipamentos sofreram incremento de US\$ 30,9 bilhões, alcançando o valor total de US\$ 32,2 bilhões. Observa-se uma variação extraordinária das exportações de máquinas e equipamentos e de insumos industriais no ano de 2005, em comparação com 1995, com um incremento de 1.021% e 300%, respectivamente (ver Tabela 6).

Atualmente, a participação de têxteis e calçados nas exportações chinesas ainda é elevada, embora se deva destacar que as exportações de bens com maior valor agregado apresentaram crescimentos significativos em comparação com as décadas de 1970 e 1980.

A pauta de exportações da China é significativamente mais sofisticada do que a normalmente esperada para um país de seu nível de renda. Políticas de governo foram capazes de desenvolver indústrias em segmentos de maior conteúdo tecnológico que, sem isso, não se desenvolveriam no país. Muito mais relevante do que o volume exportado é a capacidade de se manter em setores de produtos industrialmente sofisticados. O desenvolvimento de tais indústrias foi um fator relevante para as taxas de crescimento observadas na China [Rodrik (2006)].

Como observam Wang e Wei (2008), para a sofisticação da pauta de exportações chinesa, foi fundamental o papel de políticas públicas na definição de zonas produtivas de alta tecnologia, para as quais foram estabelecidos regimes tributários específicos e provida infraestrutura adequada. A participação das exportações dessas zonas cresceu de 6%, em 1995, para 25%, em 2005. A sofisticação da pauta de exportações chinesa não ocorre apenas pela fabricação de produtos para os quais os componentes de maior sofisticação são originados (importados) de países desenvolvidos. Os autores

TABELA 6  
**Exportações Chinesas por Produtos\*: 1965 a 2007**  
 (Em US\$ Milhões)

PRODUTOS	1965	1975	1985	1995	2005	2007	VARIÇÃO 2005/1995 (%)	PARTICIPAÇÃO 2005 (%)
Alimentos	72,32	183,42	2.631,26	9.954,39	22.480,34	30.742,79	125,8	3
Bebida e Tabaco	13,80	21,06	37,75	1.369,15	1.183,04	1.396,55	-13,6	0
Combustíveis Minerais	4,98	18,72	6.602,59	5.332,03	17.621,88	19.950,87	230,5	2
Produtos Químicos	50,94	222,84	829,68	9.095,11	35.772,13	60.314,44	293,3	5
Insumos Industriais	288,44	1.077,21	2.932,43	32.239,68	129.120,65	219.877,02	300,5	17
Máquinas e Equipamentos	72,69	880,66	463,64	31.406,87	352.233,91	577.751,39	1021,5	46
Outros Bens Manufaturados (Calçados, Artigos de Vestuário)	584,18	3.437,99	2.332,37	54.221,58	194.183,39	296.139,23	258,1	25
Outras Mercadorias	55,32	176,83	5.284,94	5.160,70	9.358,07	11.603,46	81,3	1
<b>Total</b>	<b>1.143</b>	<b>6.019</b>	<b>21.115</b>	<b>148.779</b>	<b>761.953</b>	<b>1.217.776</b>	<b>412</b>	<b>100</b>

Fonte: *Elaboração própria, com base em dados da United Nations Commodity Trade Statistics Database (UN Comtrade).*

\* Classificação de acordo com o SITC.

concluem que, apesar da importância das exportações baseadas na montagem de componentes importados, o incremento da sofisticação da pauta chinesa apresenta também como fator relevante a fabricação de produtos de alto conteúdo tecnológico que não são meramente montados no país.

A maior sofisticação da pauta chinesa de exportações não implica, porém, necessariamente a competição direta com a indústria norte-americana. As relações entre os dois países podem continuar complementares. A despeito de questões político-militares,<sup>11</sup> do ponto de vista estritamente comercial, a indústria dos EUA pode continuar a se beneficiar mesmo com a crescente sofisticação das exportações chinesas, sem que estas representem uma ameaça. Parte da origem da crescente sofisticação das exportações na China passa pela questão sobre o controle da produção – na detenção dos projetos e especificações de produção – e a especialização, em vários segmentos, dentro de uma mesma cadeia produtiva. Superada a fase de aproveitamento da mão de obra barata, em muitos casos, fábricas chinesas produzem em larga escala componentes de alto conteúdo tecnológico que são utilizados localmente ou em outros países, mas o controle referente a “o que fazer” continua em matrizes norte-americanas, japonesas ou europeias.

## 4. Conclusões

As relações produtivas entre China e EUA são antigas e hoje podem ser consideradas estruturais, ou seja, de difícil mudança em pouco tempo. O grande fluxo de comércio e a presença de empresas de capital de origem americana produzindo na China demonstram as fortes ligações entre os dois países. As relações entre ambos são muito mais do que apenas comerciais em um sentido estrito. A possível guerra comercial temida no cenário internacional, com o recrudescimento do protecionismo por causa da crise econômica mundial, apesar de poder ter efeitos claros, apresentaria limites nesse caso. As relações produtivas entre os dois países são profundas o suficiente para que não se espere uma redução brusca da importância relativa do comércio entre eles, a despeito da crise econômica mundial.

O IED representou um papel importante no desenvolvimento chinês, e a estratégia chinesa de aproveitar a reaproximação dos EUA, na década de

---

11 *O desenvolvimento tecnológico está ligado também a P&D referente ao complexo militar, que, este sim, gera crescente preocupação de segmentos do governo norte-americano. De forma análoga, os EUA são percebidos pelo governo chinês como a principal ameaça à sua segurança militar na região; ver Medeiros (2008, p. 263-269).*

1970, foi fundamental para o desempenho observado atualmente. Ambas foram condições necessárias, mas apenas uma delas, ao que parece, não teria sido suficiente. O desenvolvimento chinês em escala quase antes nunca vista foi resultado de uma combinação peculiar de condições internacionais e nacionais. O desenvolvimento recente da China se deu via combinação de iniciativas do Estado com a implementação de políticas de crescimento econômico interno, aliada à conjuntura externa favorável.

A atração de investimentos externos e a criação de indústrias voltadas para a exportação foram partes fundamentais da estratégia de desenvolvimento do Estado chinês, apesar de não esgotá-la. O programa de desenvolvimento singular promovido pelo Estado chinês teve como alicerces fundamentais os incentivos de desenvolvimento da economia doméstica, em conjunto com a interação do âmbito internacional mediante abertura comercial do país. O modelo econômico desenvolvido pela China, em conjunto com o aparato estratégico do Estado, baseou-se na importância das exportações e do IED como fonte de acúmulo de reservas internacionais e de *know-how*, fornecendo meios que possibilitassem a compra de máquinas e tecnologias avançadas como forma de modernizar o setor industrial do país. Com o tempo, o modelo adotado permitiu à China caminhar de forma mais autônoma, tornando-a, atualmente, a principal economia emergente no sistema internacional.

Os EUA desempenharam papel determinante no crescimento inicial da economia chinesa. Com a relação comercial restabelecida a partir da década de 1970, e a abertura da economia chinesa ao Ocidente, o fluxo comercial entre os países se expandiu de forma grandiosa. O contato com os EUA foi fundamental por ser considerado um grande fornecedor de tecnologias e maquinários avançados, além de proporcionar intercâmbios enriquecedores por meio da alocação de investimentos em territórios chineses, que favoreceram ainda o extraordinário incremento do acúmulo de divisas pela China, vitais para a importação de bens de capital. As trocas entre as nações foram benéficas para ambos: os EUA ganhavam com a importação de manufaturas baratas advindas da China, enquanto a China obtinha ganhos para a modernização industrial do país por meio da importação de máquinas e da acumulação de conhecimentos por meio de *joint-ventures*. Reatar as relações com a China foi benéfico para os EUA, não só no contexto de contenção do avanço soviético, mas também como grande fonte de mão de obra barata e abundante, boa infraestrutura, pouca regulação e um rico mercado interno provedor de uma demanda abundante por conta da elevada população do país.

Entretanto, apesar de ser de extrema relevância na atual composição da pauta de importações dos EUA, a China não é o único país a determinar

seu déficit comercial. Os EUA apresentam expressivo volume de compras oriundas de Canadá, México, Japão e Alemanha, além de uma grande faixa de países com participações médias, mas que no conjunto formam quase metade da pauta total de suas importações. Para mudar essa característica que já perdura há anos, tendo sua origem nos acontecimentos das décadas de 1970 e 1980, a indústria norte-americana deveria passar por uma profunda transformação, cenário pouco provável em curto intervalo de tempo. Sem dúvida, as empresas norte-americanas continuam a deter a capacidade de produzir, mas a interiorização da produção no limite de suas fronteiras, com o emprego de mão de obra local, necessitaria de um significativo e, talvez, demorado processo de adaptação.

## Referências

- ACIOLY, Luciana. “China: uma inserção externa diferenciada”. *Economia política internacional: análise estratégica*, Unicamp, n. 7, out./dez. 2005.
- ARRIGHI, Giovanni. *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XX*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- BAUMANN, Renato et al. *Economia internacional. Teoria e experiência brasileira*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- BESADA, Hany et al. *China's growing economic activity in Africa*. Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research (NBER), 2008 (Working Paper, 14024).
- BOWN, C. P. et al. “The U.S. trade deficit: made in China?”. *Economic Perspectives*, Federal Reserve Bank of Chicago, 2006.
- EICHENGREEN, Barry & TONG, Hui. “Is China's FDI coming at the expense of the other countries?”. *Journal of the Japanese and International Economies*, Elsevier, v. 21(2), p. 153-172, 2007.
- DOOLEY, M. P. et al. *The US current account deficit and economic development: collateral for a total return swap*. Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research (NBER), 2004 (Working Paper, 10727).
- EDWARDS, S. *Is the U.S. current account deficit sustainable? And if not, how costly is adjustment likely to be?*. Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research (NBER), 2005 (Working Paper, 11541).

- FAIRBANK, John King & GOLDMAN, Merle. *China – uma nova história*. Porto Alegre: L&PM, 2007.
- FIORI, J. L. *Globalização, hegemonia e império*. In: TAVARES, M. C. & FIORI, J. L. *Poder e dinheiro*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Formação, expansão e limites do poder global*. In: FIORI, J. L. (org.). *O poder americano*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Estranha forma de governar o mundo*. In: FIORI, J. L. *O poder global*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- FMI – FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. Disponível em: <<http://www.imf.org>>. Acesso em: outubro de 2008.
- LIMA-CAMPOS, Aluisio de. “Como Obama deve passear no bosque”. *Valor Econômico*, caderno Fim de Semana, 16.1.2009.
- MARTI, Michael E. *A China de Deng Xiaoping – O homem que pôs a China na cena do século XXI*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.
- MEDEIROS, Carlos Aguiar. “China: entre os séculos XX e XXI”. In: FIORI, J. L. *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- \_\_\_\_\_. “Globalização e inserção internacional diferenciada da Ásia e da América Latina”. In: TAVARES, M. C. & FIORI, J. L. *Poder e dinheiro*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- \_\_\_\_\_. “A economia política da crise e da mudança estrutural na Ásia”. *Economia e Sociedade*, n. 17, Campinas, 2001.
- \_\_\_\_\_. “A economia política da internacionalização sob liderança dos EUA: Alemanha, Japão e China”. In: FIORI, J. L. (org.). *O poder americano*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- \_\_\_\_\_. “Desenvolvimento econômico e ascensão nacional: rupturas e transições na Rússia e na China”. In: FIORI, J. L. et al. *O mito do colapso do poder americano*. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- NATIONAL BUREAU OF STATISTICS OF CHINA. *China Statistical Yearbook*, 2007.
- NOGUEIRA, Isabela. *O lugar da China na economia-mundo capitalista wallersteiniana*. I Colóquio Brasileiro de Economia Política do Sistema Mundo, Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.



OBSTFELD, M. & ROGOFF, K. "The six major puzzles in international macroeconomics: is there a common cause?". In: BERNANKE, Ben & ROGOFF, Kenneth (eds.). *NBER Macroeconomics Annual 2000*. Cambridge, MA: MIT Press, 2000.

\_\_\_\_\_. *The unsustainable U.S. current account position revisited*. Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research (NBER), 2004 (Working Paper, 10869).

OMC – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. Disponível em: <[http://stat.wto.org/StatisticalProgram/WSDBStatProgram Home.aspx? Language= E](http://stat.wto.org/StatisticalProgram/WSDBStatProgramHome.aspx?Language=E)>. Acesso em: maio de 2008.

PRASAD, Eswar & WEI, Shang-Jin. *The Chinese approach to capital inflows: patterns and possible explanations*. Fundo Monetário Internacional, 2005 (IMF Working Paper, 05/79).

RODRIK, Dani. *What's so special about China's exports?* Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research (NBER), 2006 (Working Paper, 11947).

SERRANO, Franklin. "Do ouro imóvel ao dólar flexível". *Economia e Sociedade*, n. 19, Campinas, 2002.

\_\_\_\_\_. *Relações de poder e política macroeconômica americana, de Bretton Woods ao padrão dólar flexível*. In: FIORI, J. L. (org.). *O poder americano*. Petrópolis: Vozes, 2005.

SPENCE, Jonathan. *Em busca da China moderna: quatro séculos de história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

TAVARES, Maria da Conceição. "A retomada da hegemonia norte-americana". In: TAVARES, M. C. & FIORI, J. L. *Poder e dinheiro*. Petrópolis: Vozes, 2000.

TAVARES, Maria da Conceição & BELLUZZO, Luiz Gonzaga. "A mundialização do capital e a expansão do poder americano". In: FIORI, J. L. (org.). *O poder americano*. Petrópolis: Vozes, 2005.

TORRES FILHO, Ernani Teixeira. "O papel do petróleo na geopolítica americana". In: FIORI, J. L. (org.). *O poder americano*. Petrópolis: Vozes, 2005.

TRUMAN, E. M. *Postponing global adjustment: an analysis of the pending adjustment of global imbalances*. Institute for International Economics, 2005 (Working Paper Series, 05/06).

UN COMTRADE – UNITED NATIONS COMMODITY TRADE STATISTICS DATABASE. Disponível em: <<http://www.comtrade.un.org>>. Acesso em: setembro de 2008.

UNCTAD – UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. Disponível em: <<http://www.unctad.org>>. Acesso em: setembro de 2008.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Patterns and prospective of the capitalist world economy*. The United Nations University, 1981.

WANG, Zhi & WEI, Shang-Jin. *What accounts for the rising sophistication of China's exports?* Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research (NBER), 2008 (Working Paper, 13771).

WELLER, C. E. *No easy solutions for chronic U.S. trade deficit*. Center for American Progress, 12 de maio de 2006.

WHALLEY, John. & XIN, Xian. *China's FDI and Non-FDI economies and the sustainability of future high chinese growth*. Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research (NBER), 2006 (Working Paper, 12249).